

CORREIO ECONÔMICO

Divulgação - Ministério da Saúde



Secretaria identificou diversas irregularidades nos planos

Senacon abre processo contra 17 planos de saúde

Cancelamento unilateral de contratos e diversas práticas abusivas, por parte de empresas e associações. Com base em tais irregularidades, a Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) – órgão ligado ao Ministério da Justiça – abriu processo administrativo sancionatório contra 17 operadoras de planos de saúde e quatro associações do setor. Após análise, a Senacon

observou que as operadoras notificadas costumam usar 'lacunas contratuais' ou interpretado, de forma arbitrária, normas que lesam o consumidor, para justificar rescisões unilaterais, em afronta ao Código de Defesa do Consumidor (CDC), o que tem causado a descontinuidade do atendimento, além da interrupção de tratamentos essenciais e judicialização no mercado.

'Inegociável'

Diz o secretário Nacional do Consumidor, Wadih Damous: "não podemos permitir que empresas do setor de saúde desrespeitem os consumidores, sobretudo em situações que põem vidas em risco. O direito à saúde é inegociável e vamos trabalhar para garantir justiça".

Lista

A lista das 14 operadoras notificadas pela Senacon: Unimed Nacional – Cooperativa Central; Bradesco Saúde; Hapvida; NotreDame Médica; Porto Seguro Saúde; SulAmérica; Care Plus; Amil; Golden Cross; MedSênior; Qualicorp; Allcare; Omint; Prevent Senior e Assim Saúde.

Jaelson Lucas - arquivo AEN



Multinacional francesa já sofre efeito do próprio boicote

Efeito reverso: boicote à carne desabastece Carrefour

O boicote global, deflagrado pela multinacional varejista francesa Carrefour, à carne produzida pelo Mercosul está provocando uma reação em cadeia do setor no Brasil, mas em intensidade muito maior.

Após o veto ao item, anunciado, na quarta-feira (20) pelo CEO global do Carrefour, Alexandre Bompard,

frigoríficos nacionais reagiram, com a suspensão imediata do fornecimento de seus produtos à rede europeia. Já nas primeiras horas da 'treta' internacional, 30% das unidades da múlti no país estariam enfrentando problemas de fornecimento da carne bovina, o que pode se estender no caso do frango

Apoio de Macron

O veto do Carrefour à carne do Mercosul, na verdade, segue uma política do estado francês, pois o próprio presidente Emmanuel Macron, por ocasião da Cúpula de Líderes do G20, deixou clara sua posição contrária ao acordo do bloco sul-americano com a União Europeia.

Governo reage

Já o ministro da Agricultura, Carlos Fávaro manifestou apoio incondicional ao movimento de produtores e entidades do Agro, de aplicação de um contra boicote à decisão do Carrefour, de suspender, de forma unilateral, a venda de carne do Mercosul em suas unidades.

Trava não!

Uma nova infraestrutura para que o mercado não travar a inovação no Drex é um dos maiores desafios do Banco Central (BC), avalia o coordenador do Drex na autarquia, Fábio Araujo, ao comentar que a transição para o ambiente blockchain exige equilíbrio.

Limitação

Sobre os entraves para adoção do Drex, Araujo acentua que "a tendência do BC é ser conservadora. Fazer o que já sabe fazer. Mas, nesse caso, o que já sabemos é muito limitado para o mundo blockchain", comentou, em painel no Criptorama, promovido pela ABCripto.

IFI: 'gastança' federal deverá consumir R\$ 3 tri em dez anos

Previsão sombria é da Instituição Fiscal Independente, órgão do Senado

Albari - Pexels

Por Marcello Sigwalt

Um 'Everest' de despesas no montante de até R\$ 3 trilhões. A soma astronômica corresponde ao que a gestão federal petista poderia gastar, no período de dez anos, traduzindo uma expansão fiscal 'cavalari', atrelada a medidas fiscais que implicam uma bomba orçamentária com 'detonações' de longo prazo.

A previsão 'sombria' integra o Relatório de Acompanhamento Fiscal (RAF) de novembro corrente, elaborado pela Instituição Fiscal Independente (IFI) – do Senado.

Sobre o Bolsa Família, Nogueira ressalta que, durante a PEC da Transição, o Executivo optou por preservar o benefício em R\$ 600, ou uma despesa anual de R\$ 59,8 bilhões. Se multiplicado por dez anos, a conta chega a R\$ 598 bilhões, "sem que fossem apresentadas medidas de compensação por meio de aumento permanente de receitas ou da redução permanente de outras despesas do orçamento".



Despesa trilionária alimentada pela gestão petista terá de ser paga pelos filhos dos filhos e além

Em contraste com o 'discurso' de equilíbrio das contas públicas, preconizado pela criação do arcabouço fiscal, a opção federal foi no sentido de retomada da vinculação dos mínimos constitucionais de Saúde e Educação ao desempenho da Receita Corrente Líquida (RCL) e da Receita Líquida de Impostos (RLI), em substi-

tuição à regra do teto de gastos. Neste caso, a estimativa da IFI seria de um impacto fiscal de R\$ 459 bilhões, expansível até R\$ 574 bilhões, considerando um cenário pessimista, ou de R\$ 478 bilhões, se pessimista.

Caso a 'promessa' de valorização contínua do salário mínimo seja mantida – aquela que garante a correção ple-

na do indicador pela inflação, somada à variação do PIB dos dois anos anteriores – impacto de R\$ 1,2 trilhão a R\$ 1,4 trilhão, e de R\$ 835 bilhões, respectivamente, para os cenários-base, otimista e pessimista. O governo discute agora uma nova fórmula de cálculo do salário mínimo, mais alinhada às regras do arcabouço.

Cenário complexo exige 'dois caminhos'

Ante o cenário, no mínimo, 'complexo', o relatório da IFI conclui que haveria dois caminhos possíveis: um ajuste de curto prazo, com fôlego limitado, voltado ao cumprimento da regra fiscal em 2025 e 2026; ou um rearranjo estrutural mais profundo, que garanta a solidez e a sustentabilidade fiscal a longo prazo.

"Caso as medidas de revisão de gastos a serem anunciadas sejam apenas conjun-

turais, servindo apenas para cumprir o limite de despesas do arcabouço fiscal até o término do governo atual, é possível que não ocorra a reversão das expectativas e que a condução da política fiscal continue a pautar o debate econômico, mantendo a pressão, principalmente, sobre as taxas de câmbio e de juros, com crescente impacto sobre o endividamento público", avaliam os economistas da IFI.

Outro 'jabuti' fiscal de menor impacto, mas não menos expressivo, seria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR) e do Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais ou Financeiro-Fiscais (FCBF), incluídos na reforma tributária, uma conta de R\$ 336,9 bilhões (a preços de 2024), entre 2029 e 2034.

Todavia, novos ônus fiscais pressionam mais o quadro fiscal e a sustentabilidade

da trajetória da dívida pública em proporção ao PIB, próxima de 80%.

Para atingir as metas fiscais, o diretor-executivo da IFI, Marcus Pestana, e o diretor do IFI, Alexandre Andrade propõem: execução reduzida de emendas parlamentares; 'empocamento' de recursos orçamentários; maior repasse de dividendos e resultados das estatais, e bloqueios e contingenciamentos de gastos. (M.S.)

Taxa de desocupação bate 6,4% no 3T24

Acervo IBGE

Por Marcello Sigwalt

Uma queda moderada, mas firme. Assim pode ser descrita a trajetória declinante da taxa de desocupação do país no terceiro trimestre do ano (3T24), que caiu para 6,4% – redução de 0,5 ponto percentual – ante o trimestre anterior (2T24), de 6,9%. Trata-se do menor patamar para um terceiro trimestre, desde o início da série histórica, em 2012. Já no comparativo anual, o recuo foi ainda mais significativo, de 1,3 ponto percentual, pois em igual trimestre do ano passado (3T23), a taxa foi de 7,7%.

Esses dados constam da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua, divulgada nessa sexta-feira (22) pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), ao destacar que a retração da desocupação ocorreu em sete das 27 unidades da federação (UFs).



Indicador atinge o menor patamar, desde o início da série

Por estados, as maiores variações (de desocupação) foram registradas em Pernambuco (10,5%), Bahia (9,7%) e Distrito Federal (8,8%), enquanto as menores foram em Rondônia (2,1%), Mato Grosso (2,3%) e Santa Catarina (2,8%). Outras 20 UF's não

apresentaram alterações percentuais significativas.

Segundo o analista da pesquisa, William Kratochwill, "a taxa de desocupação atingiu o segundo menor valor da série histórica, confirmando a tendência de queda. Essa redução pode ser atribuída à chegada

do segundo semestre do ano, período em que as indústrias iniciam o ciclo de contratações voltado à produção e formação de estoques, visando a atender ao aumento do consumo no final do ano. No último trimestre, a ocupação na indústria registrou um acréscimo de mais de 400 mil vagas".

No que toca ao tempo de procura por trabalho, no 3T24, houve recuo superior a 10% entre a população desocupada, em que o grupo dos que buscavam trabalho, por menos de um mês, caiu 17,6%; dos que o faziam há um mês; a menos de um ano, queda de 12,1%, e aqueles que buscavam trabalho por um ano a menos de dois anos recuo de 19,1%, e a faixa superior a dois anos a maior baixa: -20,4%. O número de pessoas que tentavam uma vaga no mercado por dois anos ou mais baixou para 1,5 milhão.

País pode ser referência no mundo cripto

O Brasil tem a oportunidade de ser referência em pagamentos internacionais, assim como já é em transações instantâneas com o Pix.

A maneira de aumentar a eficiência nas remessas é com a regulamentação do uso de criptoativos e blockchain, aponta Edisio Pereira Neto, CEO na Zro.Bank, em evento promovido pela Associação Brasileira de Criptoconomia (ABCripto). Para Ibiagu Caetano, diretor

financeiro (CFO) na Bitybank, a facilidade para pagamentos internacionais é uma das vantagens do sistema cripto.

"Com a regulação, transações internacionais em cripto podem ficar um pouco mais burocráticas, mais morosas, mas por outro lado isso pode trazer a adoção massiva do setor produtivo", afirmou.

Ele enxerga que o uso de cripto já cresceu no comércio exterior, mas ainda existem

muitas soluções que podem ser desenvolvidas e utilizadas. Um exemplo é a programabilidade que o sistema blockchain permite, com automatização das execuções de contratos.

João Canhada, fundador da Foxbit, aponta ainda que os negócios transfronteiriços são limitados pela demora na liquidação. "O que demora às vezes cinco dias no sistema convencional [Swift], passa a levar 15 minutos", disse.

As instituições financeiras devem ficar de olho para não serem pegadas de surpresa na virada do ano: as regras para solicitar a adesão ao Pix mudarão a partir de 1º de janeiro de 2025.

A informação foi confirmada pelo Banco Central, que visa aprimorar a segurança e o controle do sistema, restringindo o acesso às instituições que contam com uma regulamentação específica para operar no mercado financeiro.